

Sumário

1. Introdução	1
2. A Autonomia da Vontade.....	7
3. A Negociação Penal.....	13
3.1 Introdução.....	13
3.2 No Brasil.....	22
3.2.1 Introdução	22
3.2.2 A transação penal.....	30
3.2.3 A Colaboração Premiada	34
3.2.3.1 Introdução.....	34
3.2.3.2 Histórico.....	42
3.2.3.3 A definição	50
3.2.3.4 A natureza jurídica	51
3.2.3.5 A proposta.....	56
3.2.3.6 O termo de confidencialidade	58
3.2.3.7 A negociação.....	58
3.2.3.8 Os limites da negociação.....	61
3.2.3.9 O acordo	65
3.2.3.10 O delator-colaborador	68
3.2.3.11 Os delatados	70
3.2.3.12 As autoridades públicas.....	73

3.2.3.13 Requisitos de validade	75
3.2.3.14 As cláusulas do acordo	77
3.2.3.15 A participação do defensor	79
3.2.3.16 A participação do Ministério Público	81
3.2.3.17 A participação da autoridade policial	84
3.2.3.18 A infiltração de agentes	87
3.2.3.19 A homologação pelo juiz.....	90
3.2.3.20 O momento da celebração	98
3.2.3.21 A publicidade e o sigilo	99
3.2.3.22 A retratação	100
3.2.3.23 As nulidades	101
3.2.3.24 A rescisão	103
3.2.3.25 A sentença	105
3.2.3.26 Dos benefícios ao colaborador	109
3.2.3.27 A visão do Supremo Tribunal Federal	110
3.2.3.28 A competência jurisdicional.....	115
3.2.3.29 O procedimento administrativo e judicial.....	117
3.2.4 A Suspensão Condicional do Processo.....	121
3.2.5 A Justiça Restaurativa	123
3.2.6 O Acordo de Não Persecução Penal	132
3.2.6.1 Introdução.....	132
3.2.6.2 A definição	139
3.2.6.3 Os pressupostos.....	141

3.2.6.3.1 O arquivamento do inquérito policial	141
3.2.6.3.2 A confissão do infrator	144
3.2.6.3.3 O crime sem violência ou grave ameaça	147
3.2.6.3.4 A pena mínima	148
3.2.6.3.5 A reprovação ao crime.....	150
3.2.6.3.6 A prevenção ao crime	151
3.2.6.3.7 A voluntariedade	154
3.2.6.3.8 As condições do acordo	154
3.2.6.3.9 A reparação do dano	155
3.2.6.3.10 A restituição da coisa	158
3.2.6.3.11 A renúncia voluntária a bens e direitos	159
3.2.6.3.12 A prestação de serviços à comunidade.....	161
3.2.6.3.13 A prestação pecuniária	162
3.2.6.3.14 Outras condições	163
3.2.6.4 A proibição.....	165
3.2.6.4.1 Introdução	165
3.2.6.4.2 Na competência dos Juizados Especiais Criminais ...	169
3.2.6.4.3 Na reincidência	169
3.2.6.4.4 Acordos anteriores	172
3.2.6.4.5 A suspensão condicional do processo	173
3.2.6.4.6 Nos crimes de violência doméstica	175
3.2.6.5 A atuação jurisdicional	177
3.2.6.6 A atuação do Ministério Público.....	179
3.2.6.7 A atuação do defensor	183

3.2.6.8 O conteúdo do acordo	184
3.2.6.9 A homologação.....	184
3.2.6.10 A destinação dos autos	190
3.2.6.11 A intimação dos interessados	191
3.2.6.12 O descumprimento do acordo	191
3.2.6.13 A rescisão	192
3.2.6.14 O registro de antecedentes criminais	193
3.2.6.15 Extinção da punibilidade.....	194
3.2.6.16 A inconstitucionalidade	194
3.2.6.17 A visão do Supremo Tribunal Federal	196
3.2.6.18 Temas controvertidos	199
3.2.6.19 Algumas conclusões sobre o ANPP:	202
3.2.7 O Acordo de Leniência	203
3.2.7.1 Introdução	203
3.2.7.2 Requisitos	205
3.2.7.3 O acordo	205
3.2.7.4 O CNEP	206
3.3 Em Portugal.....	207
3.3.1 Introdução	207
3.3.2 O arquivamento	208
3.3.3 A suspensão provisória do processo	209
3.3.4 O procedimento sumaríssimo	210
3.3.5 A mediação penal	211

3.3.6 O arrependimento	214
3.3.7 A delação premiada	215
4. A Negociação Penal em Outros Países.....	221
4.1 Introdução.....	221
4.2 Nos Estados Unidos da América	221
4.3 Na Itália	224
4.4 Na Espanha.....	228
4.5 Na Alemanha.....	229
4.6 Na Colômbia.....	231
4.7 Na França	232
5. Algumas Conclusões sobre a Colaboração Premiada	235
6. O Modelo Plea Bargaining.....	241
6.1 Introdução.....	241
6.2 A plea bargaining no Brasil	247
6.2.1 Introdução	247
6.2.2 O projeto Alexandre de Moraes	251
6.2.3 O projeto Sérgio Moro	254
6.3 No Direito Comparado	259
6.3.1 Introdução	259
6.3.2 Nos Estados Unidos da América.....	260
6.3.3 Na Alemanha	265
6.3.4 Na Itália.....	267

7. Os Impactos da Negociação Penal no Sistema Penitenciário.....	269
7.1 Introdução	269
7.2 No Brasil.....	270
7.3 Em Portugal	272
8. Conclusões Finais.....	275
9. Referências Bibliográficas	279